

ENTREVISTA

MARIA BEATRIZ ROCHA-TRINDADE:

UMA PIONEIRA NOS ESTUDOS MIGRATÓRIOS INTERNACIONAIS EM PORTUGAL¹

LUÍS REZNIK

Professor Associado da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).
Mestre em História. Doutor em Ciência Política.
Coordenador do Centro de Memória da Imigração da Ilha das Flores.
Bolsista de Produtividade do CNPq, Cientista do Nosso Estado da FAPERJ.
E- mail: luisreznik@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5844-4777>

DOI: <https://doi.org/10.23925/2176-2767.2024v81p333-365>

Recebido em: 20/10/2024

Aprovado em: 22/10/2024



¹ Entrevista realizada em 16 de março de 2024. Transcrição: Marianna Carolina Oliveira Costa Reis. Edição: Carolina da Costa de Carvalho e Luís Reznik.

Maria Beatriz Rocha-Trindade é uma pioneira nos estudos relacionados às migrações internacionais, em Portugal e é leitura incontornável em quaisquer estudos sobre o tema. É autora de centenas de obras, entre livros, capítulos, artigos em periódicos e outros. O seu vasto currículo (ver em cienciavita.pt) transborda magnificência e variedade, perpassada por coerência, em sua trajetória pessoal e profissional.

A professora transitou por diferentes espaços universitários ensinando, produzindo obras seminais e criando projetos inovadores. Não é de menor importância o fato de ter contribuído para isso, a sua experiência, por muitos anos, na Secretaria de Estado de Emigração, quando se relacionou com as inúmeras comunidades portuguesas d'aquém e d'além mar.

Sempre preocupada com a difusão do conhecimento e com a ampliação do público, Maria Beatriz esteve presente nos vários projetos de musealização das experiências migratórias portuguesas.

A entrevista abaixo foi realizada na sala de sua casa, em Lisboa, um ambiente repleto de imagens e objetos que lembravam os afetos queridos de uma vida. Desde antes de conhecê-la pessoalmente, já intuía sobre a sua sagacidade, perspicácia, inteligência e capacidade de trabalho. No entanto, ao estar consigo, por alguns dias, impressionou-me a sua vivacidade e energia. Ao mesmo tempo, me emocionei com sua generosidade ao se relacionar com quem quer que se interesse por trilhar caminhos por ela já desbravados. São características admiráveis em uma intelectual, que construiu um legado imenso, pelo seu profissionalismo e na sua conduta pessoal.

Nenhuma apresentação é capaz de apreender essa professora, mulher, intelectual vibrante. Convido os leitores a “escutarem”/lerem, por suas próprias palavras, a professora e pesquisadora referencial.

Luís Reznik: Professora, qual é o seu nome completo e onde nasceu?

Maria Beatriz Rocha -Trindade: O meu nome completo é muito longo, o que de certo modo exemplifica um hábito cultural português, porque tanto a mãe como o pai faziam questão de colocar os respetivos apelidos (sobrenomes) no nome dos filhos. No caso presente - Maria Beatriz (nome próprio) em homenagem a uma irmã do meu pai, chamada Beatriz; depois Pinto da minha mãe; de Sousa Amorim do meu pai e Rocha da Trindade, do meu marido -

Armando Rocha da Trindade². À época constituía prática corrente para as mulheres casadas no registo civil acrescentar esse último sobrenome.

O sobrenome, que utilizo sempre profissionalmente, corresponde unicamente ao do meu marido: Rocha-Trindade. Retirei a preposição “da” e, por decisão própria coloquei o hífen, para me poder distinguir dele ao sermos citados nas bibliografias que integram as obras de que somos autores. Assim, o seu nome fica incluído no alinhamento dos T de Trindade e o meu nos R de Rocha. Em síntese, o nome que utilizo regularmente e pelo qual sou referida é o de Maria Beatriz Rocha-Trindade.

Nasci em Faro, capital do Algarve, embora os meus pais fossem originários de Lisboa. Meu pai concorreu à Câmara Municipal de Silves para exercer funções de veterinário municipal. E a minha mãe, tendo uma irmã que também se tinha fixado em Faro, depois de já ter vivido em vários países estrangeiros, encontrou aí mais um elemento de peso para que a decisão viesse a ser tomada.

O Algarve daquela época, anos 30 do século passado, nada tinha a ver com o Algarve dos dias de hoje. Era uma província distante à qual se acedia por estradas de má qualidade, realizando percursos longos e difíceis. Apenas como nota adicional refiro que o meu sogro evocava, não raras vezes, os frequentes assaltos que então ocorriam, sendo por isso necessário, tomar a precaução de viajar armado.

LR: A Segunda Guerra Mundial afetou de alguma maneira a vossa vida quando a Senhora era muito pequena? A guerra afetou a região do Algarve?

MBRT: A resposta envolve duas perspetivas – a primeira era a não existência de qualquer tipo de problema (visão da infância); a segunda, traduzirá todas

² Armando da Rocha Trindade (1937-2009) licenciou-se em Engenharia Eletrotécnica, pelo Instituto Superior Técnico (IST), em 1961; doutorou-se em Física, em 1970, pela Faculdade de Ciências da Universidade Paris, tendo-se tornado Professor Extraordinário e Agregado em Física no IST, em 1974 e, em 1980, Professor Catedrático do Grupo de Disciplinas de Física do mesmo Instituto. É considerado um dos pioneiros no ensino à distância em Portugal. Um dos fundadores e primeiro reitor da Universidade Aberta de Lisboa, entre 1989-1998. Anteriormente, fora Diretor-Geral do Ensino Superior (1975-1976), Presidente da Comissão Pedagógico-Científica do Ano Propedêutico (1978-1980) e Presidente do Instituto Superior de Ensino a Distância (1980-1988).

as dificuldades resultantes da falta de muitos e diversos produtos alimentares, o que ainda está bem vivo na minha memória.

Os avós maternos, residentes em Lisboa, num palacete situado no Largo do Rato, considerados pessoas de muitas posses, providenciavam o nosso bem-estar enviando alimentos de forma dissimulada.

Sendo o meu avô materno administrador de um laboratório de produtos farmacêuticos, a partir do qual circulavam umas pequenas camionetes de distribuição, conseguia fazer chegar-nos latas de azeite e outros produtos inexistentes no local onde vivíamos.

Uma vez que a compra de todos os produtos estava sujeita a regras de racionamento, quando familiares ou qualquer outra visita se instalava na nossa casa, como era o caso de elementos da família paterna, que também vivia em Lisboa, a minha mãe ficava revoltada porque não traziam as suas senhas de racionamento. Recordo que muito se preocupava referindo em voz alta os seus lamentos e perguntando onde iria achar comida.

Estas são as únicas recordações que se mantêm a propósito da segunda guerra mundial; lembro que então tinha apenas 5 anos.

LR: E a Senhora é filha única?

MBRT: Sim, sou filha única, tendo sempre tido muito desgosto por não ter irmãos, o que talvez tenha motivado desejar constituir uma família numerosa - tive cinco filhos.

LR: A sua infância foi passada no Algarve?

MBRT: Embora tendo nascido em Faro, passei toda a minha infância em Silves. Daí saí, em muita tenra idade, com grande desgosto por a tal ter sido obrigada, depois da instrução primária, para poder continuar a estudar, e frequentar o ensino secundário.

O Algarve, que atualmente é uma província de significativa dimensão turística, tanto ao nível do próprio país como ao nível internacional, reconhecida pela intensa atividade comercial que desenvolve e pela existência de uma diversificada hotelaria e restauração de qualidade, tinha então o liceu de Faro como única instituição de ensino pós-primário.

Primeiro, frequentei um colégio privado em regime de internato, de onde tive de sair pelas sucessivas crises de asma que ocorreram, impedindo-me de seguir uma vida escolar de forma regular e me conduziu a ficar instalada (por convite) em casa dos meus tios e padrinhos em Faro. Aí, fiz então o segundo e terceiro ano do liceu. Tendo eles filhos, meus primos-irmãos, a adaptação foi naturalmente muito fácil.

Tendo, entretanto, e inesperadamente sido criado um colégio privado em Silves, cidade onde residiam os meus pais, vim frequentar nessa cidade o quarto e o quinto ano do ensino liceal. Segui depois para Lisboa para, de novo, vir a frequentar em regime de internato, um colégio religioso (Sagrado Coração de Maria).

Mais uma vez a adaptação não correu nada bem e, por terem sido revelados sintomas característicos da diabetes (tipo 1 – insulínopendente), fui obrigada a sair do internato, continuando a frequentá-lo como aluna externa. Tratou-se de uma justificada decisão imposta pela direção da instituição uma vez que à data (anos 50) a diabetes era muito mal conhecida e, por isso, considerada uma grande responsabilidade que a direção não quis assumir.

Estou quase certa de que, por essa altura, não havia a consciência de quanto era negativo, para o aproveitamento escolar e equilíbrio emocional, a sequência de alterações que ocorreram na minha vida de estudante – mudanças de local e espaço de residência, de instituição de ensino e professores, de colegas e amigos erguendo uma barreira de dificuldades, cuja “ultrapassagem” exigiu um esforço considerável.

LR: E a partir daí, como decorreu a sua vida pessoal?

MBRT: Um olhar retrospectivo que nos leve ao contexto social da época, facilmente fará compreender que um namoro, iniciado “às escondidas”, desde os 14 e 15 anos nos tivesse conduzido a um casamento realizado em idade muito jovem - 18 e 19 anos. Foi um encantamento de praia, que implicou uma relação a distância, com contactos estabelecidos por intermédio de “bilhetinhos de papel de seda” escritos a lápis, inseridos no forro dos envelopes das cartas que me eram escritas pela minha futura cunhada. Depois, já no colégio em Lisboa, uma prima que também o frequentava, foi portadora das missivas que me eram dirigidas, e lhe eram entregues pelos seus próprios

irmãos, também estudantes no Colégio Militar, tal como o meu namorado. Toda uma história com recorte e conteúdo de telenovela...

Casamo-nos em dezembro de 1956, estando o meu noivo no segundo ano do curso de Engenharia Eletrotécnica do Instituto Superior Técnico de Lisboa. Findo o curso e tendo ele sido sempre um excelente aluno, foi-lhe proporcionada, por convite, a oportunidade de aceder ao exercício de funções docentes como assistente.

Apesar de ter sido desafiado por várias empresas privadas (relembro, por exemplo, a Siemens, que lhe proporcionaria a formação de um ano em Inglaterra e depois o conduziria para Angola), deu prioridade ao ensino, por gosto e vocação, o que causou alguma estranheza e muitas críticas. Foi-lhe depois atribuída uma bolsa de estudo pelo então Instituto de Alta Cultura para fazer o seu Doutoramento na Faculdade de Ciências de *Orsay*, da Universidade *Paris-Saclay*, o que forçou toda a família a deslocar-se para França.

Para além de estudante, a sua investigação sobre os raios laser resultou na obtenção de diversas patentes, tendo também desempenhado funções docentes na área de Física de Plasmas.

LR: Acompanhou o seu marido na altura em que ele se deslocou para estudar e viver em França?

MBRT: Não fui de imediato. Ele partiu no início do mês de outubro de 1965 e, tanto eu como os nossos três filhos, deixamos Portugal no mês seguinte. Assim aconteceu porque, anteriormente inscrita no Instituto de Ciências Sociais e Política Ultramarina (Universidade Técnica de Lisboa), tive de aguardar os exames da época complementar de setembro/outubro para terminar o Curso de Admiração Ultramarina. Por curiosidade, refiro que fui a primeira mulher a frequentá-lo.

Aquelas que procuravam realizar uma vida profissional, eram encaminhadas para atividades ligadas ao secretariado, ao ensino, à enfermagem ou a outras funções consideradas adequadas para uma mulher.

Devo acrescentar que nunca tive em mente realizar um trabalho remunerado, pois o que realmente desejava era adquirir uma cultura que estendesse os

meus conhecimentos para além dos que até aí tinham sido formalmente adquiridos.

Será interessante referir que este curso superior que formava administradores para o exercício de funções no Ultramar Português, integrava um conjunto diversificado de disciplinas, cuja lecionação era inovadora ao nível do país. As cadeiras ligadas à Etnografia, Antropologia Física e Cultural, à área da História e da Geografia do Ultramar Português, para além de um conjunto de matérias relacionadas com o Direito, possibilitavam fazer face à diversidade de situações e de gentes que a prática da vida real faria encontrar. Refletindo, talvez esta formação tivesse vindo a ser, mais tarde, responsável pelo desenvolvimento do potencial interesse pelo fenómeno migratório.

LR: Como se estruturava o curso de Administração Ultramarina e em que ano começou a frequentá-lo?

MBRT: Este curso, que comecei a frequentar em 1962, tinha como paralelo, a nível europeu, todos os que existiam em países colonizadores, sendo especialmente de referir a Grã-Bretanha e a França.

Preparava as pessoas que se iriam instalar para desempenho de ações de gestão nos postos administrativos existentes, em que um funcionário público, com habilitações especiais, era designado "chefe de posto". A frequência de três anos que lhe conferia o título de diplomado, equivalente ao de bacharel, poderia ser completado por mais dois anos conducentes à obtenção da licenciatura.

Nessa ocasião, a Faculdade - Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina (ISCSPU) - tinha um corpo docente de excelência e as muitas matérias ensinadas na área do Direito preparavam de forma muito especializada aqueles que iriam ser obrigados a gerir assuntos em espaço físico, com uma área territorial que se assemelhava à de Portugal continental. Para além disso, o Instituto de Línguas Orientais e Africanas, inserido nesse mesmo espaço universitário, conduzia ao ensino diversificado de línguas localmente faladas e que constituíam referência temporal.

LR: Estudava-se algumas das línguas próprias de África?

MBRT: Eram diversas as que integravam o curriculum do curso de Administração Ultramarina. Entre outras: Quimbundo (língua falada em Angola), Ronga (língua falada principalmente no Sul de Moçambique, região de Maputo e arredores) e Tétum (língua falada em Timor).

O Sânscrito, uma língua antiga da Índia, pertencente à família linguística indo-europeia, uma das línguas clássicas mais antigas do mundo, tem uma importância enorme no contexto cultural, religioso e literário do subcontinente indiano.

Pelo meu lado, para além do Tétum segui, não só durante o curso, mas também para além dele, os ensinamentos prestados pela Professora Margarida Paiva e Pona, referência mundial nessa área de conhecimentos.

No espaço da Ciência Política, importa referir alguns professores das Universidade de Direito, cuja notabilidade continua a ser reconhecida e politólogos de nomeada, entre os quais Adriano Moreira (Ministro do Ultramar Português), autor de um significativo número de obras publicadas, que desenvolveu uma continuada interação de relevo nesse espaço temático de ensino ao nível internacional (nomeadamente no Brasil e em Espanha). Este professor, enquanto diretor da Sociedade de Geografia de Lisboa (fundada em 1875) durante cerca de 10 anos (1964 a 1974) imprimiu não só uma orientação cultural renovada como organizou iniciativas internacionais que ainda hoje são evocadas. Como académico e político de renome, foi muitas vezes convidado a representar Portugal em encontros internacionais, tanto em instituições académicas como em fóruns diplomáticos. Estes encontros tiveram como finalidade o debate sobre as dinâmicas culturais e políticas no espaço lusófono, cooperação académica e científica entre países de expressão portuguesa, a identidade cultural portuguesa e a sua projeção internacional.

LR: Enquanto aluna, refira quem frequentava então o curso de Administração Ultramarina?

MBRT: Por curiosidade refiro que, na altura da inscrição, fui, a primeira mulher que iria frequentar o curso. Senti um grande entusiasmo, quase difícil de descrever quando o iniciei, depois de ter frequentado a primeira aula. O meu

marido acompanhou-me nessa altura e devo confessar que fiquei um pouco surpreendida quando me deparei com a presença exclusivamente masculina de estudantes - só havia homens nesse espaço universitário.

Contextualizando a sociedade de então e tendo em conta as regras de conduta social e os valores seguidos, naturalmente pensei em não prosseguir os planos anteriormente gizados, o que me levou mesmo a propor que fôssemos embora. Porque o meu marido era uma pessoa de espírito muito aberto, reagiu de imediato, contrariando a minha hesitação e conduzindo-me a ficar.

Após os primeiros dias, foram chegando outras colegas – estudantes provenientes das então províncias ultramarinas, que inauguravam uma outra fase do Instituto. Esta abertura de portas às mulheres, conseguida pelo professor Adriano Moreira configurou de uma forma diferente a frequência deste curso. Acrescente-se também se deve a este seu diretor a integração do ISCSPU na Universidade Técnica de Lisboa, hoje Universidade de Lisboa.

LR: Então, o curso recebia estudantes das Colônias?

MBRT: Permita-me um pequeno reparo ao referir Colônias, designação que a partir de 1951 foi abolida por decreto, tendo os territórios sido reclassificados como Províncias Ultramarinas.

Sem qualquer dúvida, os estudantes que o frequentaram eram provenientes do todo o país, tanto ao nível continental como em proveniência das Ilhas Adjacentes e de todas as províncias do Ultramar Português – estes últimos em muito maior número. Alguns dos que obtiveram bolsas de estudo, já sendo funcionários, chegavam a Lisboa em família, com as mulheres e crianças, o que os fazia viver de forma estrita e com bastantes dificuldades. Para nós, os residentes do continente, constituía um deslumbre ouvir pelas suas descrições, todas as histórias ligadas à África marcadas pela riqueza que as caracterizava, a par de detalhes sobre os movimentos de descolonização que então surgiam. Os relatos sobre o terrorismo existente, por eles diretamente presenciados, eram aterradores e a todos impressionavam muito.

Os estudantes, colegas do Curso, que já tinham sido administradores locais – uns, lá nascidos, outros que para aí se tinham deslocado - constituíam a

diversidade humana, que proporcionava o convívio diversificado de cada turma entre o grupo mais velho e o grupo mais jovem.

LR: Como continuou a sua formação acadêmica depois de ter passado a viver em França?

MBRT: Sujeita a um exame de entrada, tive a possibilidade de me inscrever na *Université René Descartes – Paris V - Sorbonne*, no curso de Psicologia Social. Por coincidência, um dos seus principais professores, *Jean Stoetzel*³, era considerado em França o principal psicólogo social. Tinha realizado a sua formação especializada nos Estados Unidos da América com um dos maiores sociólogos da época – *Paul Lazarsfeld*⁴.

Depois de diversas tentativas na minha área de interesse, consegui finalmente descobrir um centro de investigação, que hoje já não existe, chamado *Centre d'Études Sociologiques*, situado na zona norte de Paris, ao qual propus a minha colaboração. Depois de ter sido submetida a uma longa entrevista e averiguada a qualidade em que me encontrava no país - por motivos de vida pessoal, familiar ou como “refugiada política”, foi decidida a aceitação sem qualquer tipo de pagamento, o que teria sido diferente se a condição se identificasse como um abandono compulsivo de Portugal.

Depois de vários meses de permanência e trabalho, o professor *Jean Stoetzel*, então diretor desse mesmo Centro, convocou-me. Disse ter reparado em mim como estudante e, acentuando que o meu francês teria necessariamente de vir a ser melhorado, levantou uma proposta totalmente inesperada. “Tenho reparado que a Senhora, enquanto minha estudante na Sorbonne intervém frequentemente. E tendo recolhido informações sobre o seu trabalho neste Centro, gostaria de lhe fazer uma proposta - Não quer encarar a possibilidade de se matricular num curso conducente à obtenção do Doutoramento?”.

³ Jean Stoetzel (1910-1987), sociólogo francês, foi fundador do *Institut français d'opinion publique* (IFOP). Em 1956, dirigiu o *Centre d'Études Sociologique*. Foi professor na Universidade de Bordeaux (1947-1954) e na Universidade de Paris (1955-1978). Também participou como membro da *Académie des Sciences Morales et Politiques* (1977) e *American Philosophical Society* (1979).

⁴ Paul Felix Lazarsfeld (1901 - 1976), nascido em Viena, emigrou para os Estados Unidos em 1933. Trabalho na Universidade de Princeton e na Universidade de Columbia, no departamento de Sociologia.

Nem queria acreditar e julgando não estar a ouvir corretamente o que me estava a ser dito, só consegui responder que me desse algum tempo para pensar. Tudo o que para tal me era exigido centrava-se num exame de entrada que avaliaria os meus conhecimentos na área da sociologia e da língua francesa – a avaliação foi muito longa e difícil.

Fui admitida e acabou por ser o professor *Alain Girard*⁵ do *Institut National d'Études Démographiques* (INED) que muito estudou e escreveu sobre o fenómeno migratório, autor do livro *Français et Émigrés*⁶, publicado pela grande Editora desse Instituto que me veio a orientar.

LR: E sobre o tema escolhido para a sua tese de Doutoramento?

MBRT: Ainda demorei uma semana para o selecionar e, depois de uma prolongada reflexão inspirei-me na presença portuguesa existente na missa de domingo à tarde, celebrada na igreja da cidade de *Orsay*, que frequentava regularmente.

Como é sabido, em Portugal, toda a gente da minha geração foi educada catolicamente. Recebi essa mesma formação, o que certamente imprimiu marcas no meu comportamento. Assim, assistir a essa mesma celebração, constituiu para mim um espaço de convívio, onde encontrava pessoas da mesma origem nacional e ouvia falar português.

Numa tentativa de aproximação ao celebrante, frade franciscano e padre *Louis Desmaret*, ajudei a escrever as homilias em português e, ao mesmo tempo, a pronunciar corretamente os textos que lhes correspondiam. Conquistar a sua confiança, que seria projetada e estendida ao grupo de portugueses, constituiu então uma estratégia para conseguir realizar a aproximação desejada. Sem ela, não seria possível realizar corretamente o “trabalho de campo” que se impunha.

Ao ter apresentado o projeto aos professores *Jean Stoetzel* e *Alain Girard*, este último aceitou que eu realizasse a investigação sobre esse mesmo grupo de portugueses que, desde há muito tempo, vinham de uma mesma aldeia –

⁵ Alain Girard (1914-1996) foi um sociólogo e demógrafo francês.

⁶ GIRARD, Alain; STOETZEL, Jean. *Français et Émigrés. L'attitude française. L'adaptation des Italiens et des Polonais*. Paris: Institut National d'Études Démographiques (INED), 1953.

Queiriga - situada no concelho de Vila-Nova-de-Paiva, perto de Viseu (Beira Alta).

LR: Fale sobre a permanência desse mesmo grupo na região

MBRT: O grupo de residentes, originários de Queiriga, estava prioritariamente instalado em *Limours*, uma comuna próxima de *Orsay* (arredores de Paris), para onde tinham sido encaminhados no fim da Primeira Guerra Mundial. Constituíam uma resposta a um *appel d'offre* vindo do estrangeiro.

Depois desse grande conflito, o governo francês tinha de reconstruir o país e precisava urgentemente de mão de obra, destinada não só a trabalhar na agricultura como também na construção civil. Portanto, foi realizado esse pedido que, em resposta, encaminhou várias pessoas para esse país. Foi assim que, de Queiriga, muitos se dirigiram para a região onde ainda hoje se encontram instalados os que são dela originários.

Esta ligação transnacional entre a origem/Queiriga e o destino/Orsay foi-se formatando, tendo como inspiração o clássico modelo utilizado por Thomas e Znaniecki na obra *The Polish Peasant in Europe and America*, um clássico da Sociologia, que constitui referência obrigatória nessa área.⁷

Porque constituía uma situação extraordinária, uma mesma origem que se mantém idêntica desde o fim da Primeira Grande Guerra e se prolonga até hoje, foi alimentada pelo engrossar dos fluxos migratórios que se desenvolveram após a Segunda Guerra Mundial. Primeiro trabalhar no campo, depois trabalhar nas obras e a manutenção da mesma interação, que ainda hoje se continua a manter bem viva. Assim nasceu o projeto da tese que iria por mim ser desenvolvida.

LR: Esse grupo de Queiriga é a primeira leva de portugueses para França?

MBRT: Sim. Foram para Limours. Fizeram estes versos para os meninos da escola dizerem: "Queiriga não é francesa embora o digam por aí, é terra bem portuguesa afirmam os que são daqui".

⁷ O livro aborda a emigração polonesa para os Estados Unidos. Cf. THOMAS, William I.; ZNANIECKI, Florian. *The Polish Peasant in Europe and America*. 1918.

LR: Como desenvolveu e quando terminou a sua tese de doutoramento?

MBRT: Foi concluída por provas públicas, realizadas na Sorbonne, em março de 1970. Apresentada como - *Observations Psycho-Sociologiques d'un Groupe de Portugais dans la Banlieue Parisienne (Orsay)*⁸, viria a ser publicada em Portugal muito posteriormente, com um novo título - *Immigrés Portugais (1973)*.

LR: Como foi passar em França Maio de 68?

MBRT: Constituiu uma oportunidade única, que ficará para sempre na minha memória. Habituada à estabilidade social conferida pela vivência anterior em Portugal, onde nem sequer uma manifestação ou greve tinha presenciado, poder observar diretamente toda a encenação decorrente do movimento de contestação que se alastrava de forma alargada, envolvendo parte da população residente em Paris, proporcionou-me um “espetáculo” inesquecível.

No próprio dia em que seria por mim realizada uma exposição oral sobre o desenvolvimento do trabalho de pesquisa até aí desenvolvido, no âmbito do seminário de doutoramento orientado pelo professor *Alain Girard*, ocorria nas ruas todo o processo revolucionário.

De forma um pouco ridícula, tomei a iniciativa de lhe telefonar (e hoje, ainda me espanto por ter conseguido fazê-lo), para perguntar se a tarefa a realizar como aluna se iria manter. O professor, naturalmente admirado e com voz nitidamente perturbada e assertiva, respondeu: “*Surtout pas!*” (Nem pense!). Vivíamos então (Villebon-sur-Yvette) a cerca de 20 quilómetros da capital e a 2 quilómetros de *Orsay*. Por essa ocasião, apesar de todas as dificuldades, a curiosidade partilhada pelo meu marido e por mim própria conduziu-nos a uma irrefletida deslocação a Paris, tendo ficado verdadeiramente extasiados por ter visto pela primeira vez uma greve na nossa vida. Todo o comércio se encontrava encerrado e os próprios bancos não funcionavam, o que para quem tinha uma família organizada e todo um conjunto de

⁸ ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz. *Observations Psycho-Sociologiques d'un Groupe de Portugais dans la Banlieue Parisienne (Orsay)*. Thèse doctorat, Lettres et Sciences Humaines, Paris, 1970.

necessidades/obrigações a cumprir, constituía uma situação verdadeiramente difícil. Devo referir que a solidariedade existente no local onde habitávamos, nos proporcionou oportunidades inesperadas de ajuda, que nunca poderemos esquecer.

Não posso deixar ainda de referir, por exemplo, os pais de uma colega da nossa filha mais velha, quando nos perguntaram se precisaríamos de um apoio financeiro, colocando um eventual empréstimo à nossa disposição. Esta atitude tomada em relação a estrangeiros, que nós éramos, numa ocasião em que os portugueses residentes em França eram assumidamente discriminados enquanto trabalhadores da construção civil (trabalhavam no “*bâtiment*”, como então se referia), admirou-nos profundamente. Os portugueses, nessa época, enquanto trabalhadores nas obras, eram pessoas muito desconsideradas.

LR: Durante quanto tempo a senhora permaneceu em França?

MBRT: Durante cerca de cinco anos, residi continuamente fora do país. Parti em 1965 e regressei em 1970, ainda tendo lá voltado em 1971. Seguiram-se outras estadias em França, de longa duração, no desempenho de funções letivas.

LR: Como seguiram as atividades profissionais e os estudos na volta a Portugal?

MBRT: Quando definitivamente retornei a Portugal, fui abordada pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina (ISCSPU), tendo-me sido dirigido o convite para exercer funções de assistente, lecionando a disciplina de Metodologia de Investigação em Ciências Sociais. Em simultâneo fiquei integrada num centro de investigação, patrocinado pelo Instituto de Alta Cultura.

Por não ter sido reconhecida oficialmente a tese de Doutoramento, fui obrigada a frequentar em paralelo o curso de “Ciências Antropológicas e Etnológicas”, conducente à obtenção da licenciatura.

Ao mesmo tempo, sendo simultaneamente aluna e assistente na mesma instituição, alerto para as dificuldades sentidas.

LR: Imagino-a, pois já doutorada, obrigada a frequentar um curso de licenciatura.

MBRT: Infelizmente assim aconteceu. Para além disso, naquele mesmo Instituto era então desvalorizada a formação académica obtida em França, sendo os Estados Unidos considerados como o país em que as Ciências Sociais, nomeadamente a Antropologia, atingiam um nível máximo de desenvolvimento científico.

Só mais tarde, depois de todas as modificações introduzidas após 1974, apresentado ao Ministério da Educação o pedido de equiparação do título, foi obtido o seu reconhecimento. Para tal, nomeados dois professores universitários (Abílio Lima de Carvalho, doutorado pela Columbia University/Estados Unidos e Eduardo Sousa Ferreira, doutorado na Alemanha) apreciaram o processo e conferiram o seu reconhecimento.

LR: Nesse meio tempo a Senhora continuou a trabalhar como assistente no Instituto?

MBRT: Permaneci como assistente durante um curto período. Como já referido, por questões ligados à orientação da docência e por me ter sido atribuído um número exagerado de competências que, com seriedade, não poderia assumir, entendi tomar a decisão de abandonar o lugar que ocupava. Em data oportuna, tinha informado o professor João Pereira Neto, meu superior hierárquico, que nunca aceitaria tarefas que não permitissem um desempenho sério e competente.

LR: Tendo em conta a notoriedade do historiador Joel Serrão, pergunto-lhe se e como o conheceu?

MBRT: Tive uma ótima e continuada relação com o professor Joel Serrão - para mim, a excelência das excelências! Por coincidência, vivíamos no mesmo bairro – em Campo de Ourique, bem no centro de Lisboa.

Tendo um lugar muito importante, enquanto administrador da Fundação Calouste Gulbenkian, possibilitou justamente a atribuição de muitas

contribuições materializadas em forma de bolsas de estudo ou de ajudas monetárias para o desenvolvimento de projetos de investigação.

No âmbito da sua vastíssima obra e, mais precisamente, na área do estudo sobre o fenómeno migratório, Joel Serrão foi um verdadeiro pioneiro. Tanto ele como o professor Vitorino Magalhães Godinho, ambos historiadores, constituem referências de citação indispensáveis. Não posso deixar de referir os seus dois livros (*Testemunhos sobre a Emigração Portuguesa*, 1976 e *Emigração Portuguesa*, 1978), publicados pela editora Livros Horizonte, que constituíram leituras obrigatórias para muitas gerações.

LR: Falou em Adriano Moreira, Joel Serrão, Vitorino Magalhães Godinho... que outros professores foram para si marcantes?

MBRT: Em primeiro lugar sou obrigada a referir o professor *Alain Girard*. Após o Doutoramento, ensinei anos seguidos na França (*École des Hautes Études en Science Sociales*), onde permanecia ao longo de todo um mês.

Nessa época, estabeleci um contato seguido com o professor *François Ravaut*, médico de formação e antropólogo, pela aquisição de diplomas especializados e exercício de funções nessas duas áreas. Como responsável e diretor de um laboratório de investigação situado no *Boulevard Saint Germain*, proporcionou-me por convite, durante 14 anos, a estadia de um mês em Paris, onde ensinei e investiguei.

Conheci este professor quando ambos integramos, enquanto membros, um júri de tese de doutoramento na Universidade do Porto (1985). Daí decorreu o primeiro convite que se estendeu por mais de uma década. Ele convidou-me uma vez, as coisas correram muito bem e ele arranjava-me sempre uma bolsa de um mês em que eu tinha obrigação de ensinar. Portanto, eu ensinei na *École des Hautes Études en Science Sociales* em França durante cerca de 14 anos.

LR: Então lecionou no Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina (ISCSPU), na Universidade Nova de Lisboa, na Universidade Aberta e na École des Hautes Études en Sciences Sociales

MBRT: Pertencço ao grupo de professores que primeiro ensinaram, quando da fundação, na Universidade Nova de Lisboa. Quando o meu marido foi convidado para o cargo de Diretor-Geral do Ensino Superior, em 1975, resolvi (para evitar dependências hierárquicas) sair dessa universidade. Pedi então a demissão e passei a trabalhar no Centro de Antropologia Cultural, associado ao Museu de Etnologia.

Este núcleo de investigação, de altíssimo nível científico, fundado e dirigido pelo grande etnólogo português Jorge Dias, com uma equipe que incluía grandes investigadores cujo nome importa citar - Margot Dias, Ernesto Veiga de Oliveira, Fernando Galhano e Benjamim Pereira, constituía um espaço de trabalho muito atrativo a nível académico.

A sua indefinição estatutária não permitia, no entanto, estabelecer contratos de trabalho e apenas colaborações remuneradas. Ganhava miseravelmente, há que reconhecê-lo. Se for tido em conta que, enquanto assistente com a responsabilidade de regência de disciplinas, o ordenado rondava os 12 contos, tendo passado na nova situação a ganhar unicamente 4 contos, foi preciso coragem para me sujeitar a esta drástica mudança.

Entretanto, o Professor Eng. Fraústo da Silva, que tinha em mãos a fundação da Universidade Nova de Lisboa lançou o desafio de passar a integrar o corpo docente que se encontrava em constituição. "Vou-lhe fazer uma proposta. Não querará vir trabalhar connosco, porque ando a constituir um corpo docente de grande qualidade para lecionar na Universidade Nova de Lisboa?". Respondi - "É, na realidade, uma grande tentação".

Como nunca se pode aceitar nada de imediato, refleti e conversei sobre o assunto, sendo-me sempre dito que seria eu própria a tomar a decisão.

LR: Em que ano tal veio a acontecer?

MBRT: Se não me engano, deve ter sido por volta do ano de 1976.

LR: Pouco depois da revolução, não é verdade?

MBRT: Sim, exatamente, teve lugar muito pouco tempo depois. Só havia então duas universidades em Lisboa - a Universidade Clássica e a Universidade

Técnica, que hoje se encontram unidas. A Universidade Nova foi na sua concepção uma universidade totalmente inovadora.

Fraústo da Silva que, posteriormente, chegou a ocupar o lugar de Ministro da Educação, tinha sido diretor do Instituto Superior Técnico e possuía uma visão muito alargada sobre o ensino de qualidade.

Os convites realizados traduzem a qualidade dos colaboradores que conseguiu reunir, tendo recrutado professores que viviam voluntariamente ou em exílio no estrangeiro ou os que considerados de altíssima competência exerciam funções em Portugal.

Os professores Vitorino Magalhães Godinho (professor em *Clermont-Ferrand*), Maria de Lurdes de Belchior (grande professora da Faculdade de Letras de Lisboa), José Augusto França (reconhecido conhecedor e professor na história de Arte) entre muitos outros, constituem exemplo bem vivo da alta qualidade que se pretendia instituir.

LR: Quais foram as suas atividades na Universidade Nova de Lisboa?

MBRT: Nunca cheguei a desenvolver grande atividade na área do ensino, embora tivéssemos lançado em Portugal o primeiro curso de licenciatura em Sociologia – este lançado por mim e pelo colega Adriano Duarte Rodrigues, vindo de Estrasburgo. Também recordo que a primeira disciplina por mim lecionada se situou no curso de Antropologia Cultural.

Não posso deixar de referir o intenso trabalho desenvolvido no âmbito das atividades de programação ao estabelecer redes académicas ao nível nacional e internacional. Nessa ocasião tornava-se indispensável fazer conhecer a estrutura e intenções de uma nova universidade que, felizmente, ocupa hoje um grande destaque, tanto dentro como fora do país.

LR: A passagem para a Secretaria de Estado da Emigração proporcionou-lhe certamente a possibilidade de melhor conhecer os portugueses radicados no estrangeiro. Será que teve ocasião de escrever sobre essa realidade?

MBRT: A matéria sob tutela da Secretaria de Estado da Emigração (assim se chamava então) era imensa, como pode calcular, tendo sido ali confrontada

com uma multiplicidade de situações, que não teria tido a mínima possibilidade de conhecer se tivesse continuado ligada à universidade. Ainda que não tenha possibilidade de referir tudo o que lá aprendi e os assuntos com que me deparei ao longo desse período, julgo ser pertinente citar algumas das áreas que mais me atraíram e vieram a marcar a minha vida profissional futura.

Por exemplo, o associativismo é uma estrutura importantíssima no âmbito do fenómeno migratório, porque sendo os espaços que as associações ocupam, os que catalisam a reunião e convívio entre as pessoas que as frequentam, constitui o lugar que possibilita manter relacionamentos e desenhar ações de todo o tipo, para concretização imediata ou para realização futura.

A organização de clubes sediados no seu âmbito e a programação de atividades desportivas; muitos namoros e casamentos que aí se iniciam e vêm a concretizar-se, sobretudo os que podem ser inseridos no grupo de ligações de natureza endogâmica, se for tida em conta a terra de origem em Portugal; o desenvolvimento de iniciativas de natureza social relativas ao projeto da edificação e estrutura de funcionamento de «casas de terceira idade», destinadas à colocação de elementos da faixa envelhecida de um mesmo grupo nacional; a celebração de dias muito especiais, cuja importância deverá continuar a ser mantida por respeito à tradição de um mesmo legado cultural, encontram nestes espaços, cujo número é muito elevado, a possibilidade de acontecer.

Trata-se de uma estrutura organizacional, transversalmente existente em todo o campo físico e social da diáspora portuguesa, que permite não só analisar localmente, de forma circunscrita, como também para fora dele, toda a dinâmica dos processos interativos. Tanto as comunidades de uma mesma filiação merecem ser observadas e compreendidas, como as que de outras proveniências com elas estabeleçam relação, constituem privilegiado objeto de atenção e registo, pelo precioso manancial de informação que fornecem, quando venham a ser tomadas medidas de natureza política.

Quem, como governante, não conheça todos aqueles processos e não tenha estabelecido contato profundo com essa realidade, dificilmente conseguirá realizar de forma adequada e com sucesso, a gestão política que lhe incumbe. Neste tipo de trabalho, se forem tidos em conta os fins a prosseguir e as verbas a aplicar no desenvolvimento e concretização das decisões políticas a ser

tomadas, o verdadeiro conhecimento da realidade migratória própria de cada país, constitui um *must* para a obtenção do sucesso procurado.

A relativa facilidade de acesso ao conhecimento de toda esta informação, não só do que realmente é próprio de cada caso, mas numa perspetiva alargada, de quase tudo que respeite à dinâmica da mobilidade humana ao nível da instituição que tutela o fenómeno migratório (oportunidade que me foi oferecida e respondeu ao interesse profissional de natureza académica que sempre me acompanhou), enriqueceu o acervo de conhecimentos que toda a vida procurei ter sobre este assunto

Para além disso, o número de pessoas que conheci e com quem trabalhei, ligadas tanto em Portugal como residentes no estrangeiro, proporcionaram um estabelecimento de relação pessoal ao nível institucional, que ainda hoje se mantém.

LR: Quantos anos trabalhou no Ministério? Durante esse período, viajou para conhecer as associações de emigrantes portugueses situadas no estrangeiro?

MBRT: Ao longo da minha vida profissional, que exerci durante vários anos – todos os que a legislação oficial permitia - para desempenhar numa estrutura pública de trabalho, consegui percorrer uma carreira profissional completa. Como referido, iniciei funções letivas enquanto assistente numa universidade pública, depois as de investigação num centro de pesquisa, a que se seguiram as exercidas na Secretaria de Estado da Emigração, ocupando um lugar de chefia (chefe de divisão) do quadro técnico do Ministério dos Negócios Estrangeiros. O retorno à carreira docente só teve lugar alguns anos passado. Entre a lecionação no meio universitário e o desempenho de atividade em meio ministerial, as hierarquias e os relacionamentos seguiam regras completamente diferentes, que naturalmente obrigaram a uma inesperada aprendizagem e execução prática. Não foi fácil.

A hierarquia articulada essencialmente em função da qualificação do conhecimento científico na primeira e do posto ocupado na segunda, obrigaram-me a uma postura bem diferenciada.

Para além disso, o linguajar técnico, naturalmente utilizado no exercício corrente das atividades em curso, completamente por mim desconhecido,

quando de uma saí e passei a trabalhar na outra, obrigaram a dissimular a ignorância existente até à aprendizagem e domínio das formas de estar e de agir que deviam ser praticadas. A título de exemplo, desconhecer o significado do ato de «despachar» – de conceder um despacho, de ir a despacho, causou-me alguma perturbação.

Depois da sua fundação (1975), a Secretaria de Estado recebeu a herança de todo o pelouro de responsabilidades e competências, anteriormente conferidos ao Secretariado Nacional de Emigração (1972), anterior Junta Nacional de Emigração/JNE (fundada em 1947), que a precedeu.

A mudança de situação que ocorreu após 1974, depois da Revolução de Abril, colocou-a sob a alçada do Ministério da Economia, só depois tendo sido transferida para o Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Tendo em atenção o poder exercido pelos agentes do corpo diplomático português, naturalmente residentes fora do país (cônsules e embaixadores), cujo poder tinha obrigatoriamente que ser reconhecido e respeitado, tudo deveria, em última instância, passar obrigatoriamente por sua via.

LR: A Senhora estava falando que tinha que “despachar”...

MBRT: Retornando ao meu percurso - ao exercer funções públicas no Instituto de Apoio à Emigração, o Dr. Gil Pereira, então seu presidente e meu superior hierárquico, transmitia a continuada ideia que tudo o que fazia, por mais que me esforçasse, nunca o satisfazia completamente.

A secretária de apoio que então me tinha sido atribuída, ensinou-me quase tudo o que respeitava ao desempenho das funções que ocupei e, ainda hoje, lhe estou profundamente agradecida. Enquanto trabalhou com o Dr. Sáraga Leal (antigo responsável pela direção do Secretariado Nacional da Emigração) teve oportunidade de muito aprender e a sua inexcédível competência proporcionou-me uma grande ajuda.

No entanto, as dificuldades de natureza burocrática que encontrei e foram sendo pouco a pouco ultrapassadas e a rotina que caracterizava o dia-a-dia, repercutiu-se sobre um certo desapego e desinteresse relativamente ao lugar que ocupava.

Por telefonema do Dr. Ernesto Veiga de Oliveira⁹, enquanto diretor do Centro de Antropologia Cultural e face à perspectiva de um novo trabalho e de um novo desafio tomei a decisão de anunciar a minha saída, comunicando que passaria a trabalhar num outro local. Eis se não quando, todos os novos planos, que tanto me tinham entusiasmado tiveram de ser anulados.

Um outro seu telefonema informava que não poderia ser requisitada à instituição a que pertencia, porque não existindo no Centro de Antropologia Cultural um quadro administrativo, a programada requisição não poderia vir a ter lugar. Que grande decepção...! Como foi difícil manter-me num espaço de trabalho, depois de referir que o iria abandonar.

Como, entretanto, tinha sido nomeado um substituto que passara não só a ficar instalado no lugar físico por mim anteriormente ocupado, como a desempenhar as funções que então exercia e a ele tinha sido entregue “tudo” o que se encontrava sob minha responsabilidade, estive durante cerca de dois meses sem tarefas atribuídas. Uma terrível humilhação, uma vez que todos os que me rodeavam conheciam bem a situação em que me encontrava.

Entretanto, Manuela Aguiar, uma nova Secretária de Estado nomeada, revelou-se uma extraordinária governante. Com formação jurídica, conhecendo consideravelmente o fenómeno migratório, mudou radicalmente a política e as práticas seguidas.

Assumindo publicamente a sua ideologia social-democrata, num tempo em que a marca política era quase indissociavelmente ligada aos governantes, imprimiu durante a sua gestão orientações de muito relevo, tanto ao nível social como cultural. Datam desse período, por exemplo, a possibilidade de auferir uma “dupla nacionalidade” (1979) e a fundação do Conselho das Comunidades Portuguesas (1980), medidas que lhe são devidas.

O meu grande entusiasmo em poder realizar tudo o que me sugeria ou que eu própria lhe apresentava, fez-me assumir um excesso de responsabilidades que obrigavam a um continuado trabalho, cuja recordação ainda permanece bem viva. Por um lado, o prazer sentido, por outro, a alegria de ter conseguido. Mas a sensação de ter sido de certo modo “explorado” o meu permanente

⁹ Ernesto Luís Alves da Veiga de Oliveira (1910 - 1990), que deixou um nome na Etnologia portuguesa, muito contribuiu também para a evolução dos estudos etnográficos e para os que em Portugal se encontram ligados à Museologia.

entusiasmo, sem a compensação de um reconhecimento explícito, que justamente me teria sido devido, ainda permanece.

Muito recentemente, num almoço de confraternização, que reuniu em Lisboa os funcionários desse tempo, foi lembrado e afirmado em voz alta: “Quem conheceu o Instituto de Emigração antes e depois de ser gerido pela Maria Beatriz, tem que referir a grande mudança que sofreu”.

LR: Na realidade, qual o tipo de relações que manteve com essa Secretária de Estado?

MBRT: Ela convidou-me para substituir o doutor Gil Pereira, que então ocupava o cargo de presidente do Instituto de Emigração. Exatamente o que aconteceu, embora se tratasse de uma nomeação em regime de substituição. Estive cerca de um ano como presidente do Instituto de Apoio à Emigração e dificilmente poderá imaginar as iniciativas então programadas. Um período em que realmente consegui realizar muitas e diversas ações, que não só prestigiaram a Secretaria de Estado como foram reconhecidas pelos destinatários, de forma personalizada – dele guardo as melhores recordações. São muitos e diversos os aspectos que passo a enumerar, embora todos se encontrem relacionados com a procura de um melhor conhecimento do fenómeno migratório - através da pesquisa e da publicação ou da organização de cursos conducentes a um maior apego ao país de origem.

Relativamente ao aprofundamento da mobilidade migratória, o contacto foi essencialmente desenvolvido no âmbito das universidades portuguesas. Nessa altura, não podendo ser contratadas pessoas pela Secretaria de Estado, na qualidade de pesquisadores, fui primeiro conduzida a procurar localizar estudiosos qualificados, tentando depois aliciá-los a produzir textos publicáveis. Foi assim criada a coleção Migrações que incluía diversas aproximações disciplinares no âmbito das ciências sociais.

No que respeita ao conhecimento do país de ascendência foram organizados vários cursos de verão em quase todas as universidades portuguesas: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD), Universidade do Minho, Universidade do Porto, Universidade de Aveiro, Universidade Nova da Lisboa, Universidade de Évora, Universidade do Algarve e ainda na Universidade de do Açores.

Tratava-se de fazer conhecer o país através das duas regiões e neles colaboraram os melhores professores universitários.

Organizei um primeiro curso e preparei toda a sua organização e funcionamento em articulação com a Universidade de Évora. Encontrá-vamos em 1979 e numa perspectiva de análise dos anos futuros, tomei a decisão de intitulá-lo *Portugal Anos 80*, proposta aceite pelo respetivo Reitor (Prof. Ário de Azevedo). Nesse mesmo ano, o reitor da UTAD (Prof. Fernando Real) acedeu ao título proposto *Portugal Tradição e Futuro*.

Posso afirmar que os Reitores das Universidades que acederam colaborar nesta experiência inovadora, mostraram o seu apoio e reconhecimento. Quase sem encargos de natureza financeira, não só proporcionava a projeção da instituição como, ao receber todo um conjunto de estudantes vindos do estrangeiro, também assegurava a circulação do seu conhecimento nos respetivos países de residência

LR: Reconheço que foi realmente muito ativa ao longo de toda a sua vida profissional.

MBRT: A minha vida profissional traduz uma continuada luta para conseguir os fins almejados. O sair e entrar em espaços de trabalho diferentes; retomar atividades já encetadas, refazer e recriar projetos de investigação e de ensino exigiram muita flexibilidade e capacidade de adaptação.

Toda a minha experiência de realizar trabalho de campo, de estar presente e ativa no terreno, nos múltiplos projetos que abracei, decorre de nunca ter gostado de realizar pesquisa estritamente teórica, sem contacto direto com a realidade que constituía meu objeto de estudo.

A Agregação, grau universitário que adquiri por concurso na Universidade Nova de Lisboa, permitiu-me prestar provas públicas perante um júri constituído por professores de muito elevada cotação científica.

Como talvez saiba, estas provas realizadas ao longo de dois dias, estendem-se durante quatro horas. No primeiro foi arguido, pelo Prof. *Alain Girard*, o *curriculum vitae* e, em seguida, apresentado um programa inovador para ensino de uma disciplina, no caso presente - *Sociologia das Migrações*. Durante o segundo, apresentada uma lição de uma hora (*Brasil e França, Dois*

Paradigmas da Emigração Portuguesa), que foi objeto de análise crítica pelo historiador Prof. Vitorino Magalhães Godinho.

LR: Depois de realizar as provas de Agregação, porque não ficou de imediato ligada à Universidade Nova de Lisboa?

MBRT: Porque a decisão tomada pela própria Universidade não correspondeu ao que anteriormente tinha ficado acordado entre nós – lançar o ensino da Sociologia das Migrações como inovação na Academia Portuguesa.

Um telefonema do Prof. Adérito Sedas Nunes¹⁰, considerado fundador do ensino e investigação da Sociologia em Portugal, em que referia ter gostado muito das minhas provas de Agregação e, ao mesmo tempo, perguntando se estava interessada em trabalhar no Instituto de Ciências Sociais que dirigia, alterou por completo os planos anteriores.

A instituição considerada pela excelência da sua produção científica (o “*top dos tops*” na investigação em Ciências Sociais), ao qual pertenciam os melhores pesquisadores portugueses, criava quase uma oportunidade única. Aceitá-la constituía a realização de todo um sonho de vida profissional.

O professor ainda acrescentou: “Terei que lhe referir uma situação importante – terá que entrar na qualidade de investigadora auxiliar, pois nenhum dos outros que aqui trabalham é titular do grau de Agregação”.

Em complemento, esclareceu que seria muito injusto para qualquer dos elementos pertencentes ao núcleo de investigadores, que tinham prestado trabalho no ICS durante tantos anos, deparar-se com a entrada de um recém-chegado auferindo uma posição e remuneração superiores.

Prudentemente respondi “Essas condições, exigem uma melhor reflexão. Peço apenas alguns dias para uma resposta definitiva”. Ao lugar de investigadora auxiliar concorriam titulares de um doutoramento, o que criava em mim uma sensação de injustiça e de desconforto. Finalmente aceitei

¹⁰ Adérito de Oliveira Sedas Nunes (1928 - 1991), foi cientista social e professor universitário. Lecionou no então Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras (actual Instituto Superior de Economia e Gestão) da Universidade Técnica de Lisboa, na Academia Militar, no ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa, na Universidade Nova de Lisboa e no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Ocupou o cargo de Ministro da Coordenação Cultural e da Cultura e Ciência entre 1979 e 1980.

apresentar-me a um concurso oficial em que eram mencionados como qualificação as características por mim preenchidas.

LR: Professora, a sua obra mais conhecida situa-se no âmbito da mobilidade internacional. Gostaria que falasse sobre a orientação seguida e os conceitos por si considerados de maior importância, dentro da temática das migrações

MBRT: Penso que no início, quando se procura conhecer um assunto, uma situação, os primeiros dados que se selecionam e os resultados que se apresentam, se aproximam mais do descritivo, decorrentes de uma apreensão que, de forma imediata, facilmente traduz o observado. Segue-se uma outra etapa, no que respeita à forma de compreender a realidade, que constitui espelho do interesse que progressivamente se foi instalando e desenvolvendo. Abrindo portas ao aparecimento de novas hipóteses, que irão possibilitar dar outro seguimento ao aprofundamento dos conhecimentos anteriormente adquiridos e assim ajudam a que uma melhor interpretação, possa realizar-se de forma sustentada, o objeto de estudo inicial vai tomando forma mais precisa.

Identificando o meu posicionamento enquanto investigadora, com o que acima acabo de descrever, todo o trabalho de pesquisa realizado seguiu idêntico percurso. Como acaba de referir, o meu interesse pela mobilidade humana e toda a atenção que lhe tenho inequivocamente dedicado, expresso publicamente de modo continuado, sob forma escrita e por contato direto - conteúdo de artigos, publicação de livros, organização de cursos (em que não raras vezes intervim), comunicações orais apresentadas em Encontros e muito numerosas ações de formação - constituem claros indicadores, que revelam uma só e mesma motivação.

Sinceramente, ao caminho de investigação até aqui percorrido e esta dedicação quase exclusiva relativamente ao fenómeno migratório, subjaz o querer melhor conhecer, aprofundar e descobrir novas facetas, cuja articulação possibilitasse iluminar situações menos trabalhadas.

Tive a oportunidade e sorte de ter encontrado como objeto de estudo, o tema migrações e migrantes, paixão que mantive ao longo de toda a vida profissional, no próprio local onde vivi em França.

Tudo teve início a partir de uma comunidade muito particular, com características muito próprias que, por mim tendo vindo a ser descrita e interpretada, passou a constituir e ser referida publicamente como paradigma. De forma completamente aleatória, foi-me dada a oportunidade de escolher um tema inovador em Portugal.

Seguir todo o percurso migratório, num acompanhamento dos espaços percorridos pelos migrantes, cujo conhecimento temporal em que se realizaram e as formas que foram assumindo se torna indispensável conhecer implica que, em paralelo, a colheita de dados sobre a forma como foram realizados, possa ter lugar.

A esta primeira abordagem, uma análise dos percursos constituirá a ponte conducente à procura de um melhor caminho que proporcione descobrir a escolha dos destinos selecionados, antes de inquirir como e quando teve lugar a inserção que precede, naturalmente, a integração.

Será de tomar a liberdade para aqui abrir um parêntesis e introduzir a este propósito uma pequena nota, que considero muito pertinente, lembrando que o processo de vida de um migrante no estrangeiro integra diversas fases. Por exemplo, a tão referida e tão falada inserção/integração, propósito de políticos e sentimento dos próprios migrantes, que só pode realmente vir a acontecer ao nível da «terceira geração», constituiu uma das situações de estudo a que dediquei maior atenção. Uma outra, as «pertencas emocionais», que mantêm diferentes equilíbrios afetivos em cada pessoa e em cada grupo, condicionadas pelo tempo de estadia e formas de sentir próprias, foi tema do maior interesse. Muito individualizadas e expressas de maneira diferente, mantêm o coração num e noutro dos lugares (o de anterior origem e o de atual residência) de forma desigual.

No período da Primeira República Portuguesa (1910-1926) existem estudos importantíssimos sobre o fenómeno migratório¹¹, mas perante a ditadura praticamente não foi estudado.

¹¹ Os exemplos abaixo permitem lembrar a importância dada ao fenómeno emigratório. Assim: MARTINS, Oliveira. *Fomento Rural e Emigração*. Guimarães Editores, 1887; Ministérios dos Negócios da Fazenda. *Emigração Portuguesa*, 1901; COSTA, Afonso. *Estudos de Economia Nacional, o Problema da Emigração*, 1911; SILVA, Fernando Emygdio da. *Emigração Portuguesa*, 1917; SIMÕES, Nuno. *O Brasil e a Emigração Portuguesa*, 1934

LR: Como surgiu a ideia de preparar a disciplina de Sociologia das Migrações¹²?

MBRT: Não foi minha a iniciativa de publicar o bloco multimédia, intitulado Sociologia das Migrações, constituído por um manual, um conjunto de 12 programas vídeo e por oito programas áudio - à época uma total inovação não só no campo das Ciências Sociais como no que toca à abordagem do tema migrações e introdução do seu ensino ao nível universitário.

O colega Carlos Reis, professor da Universidade de Coimbra, que ensinou e veio a ser Reitor da Universidade Aberta durante dois mandatos, propôs no âmbito de uma das reuniões do Conselho Científico a sua preparação que, quase naturalmente, me veio a ser cometida. De viva voz, tomei a liberdade de lhe agradecer a tomada de posição a este propósito, tendo-lhe mesmo referido que “não teria coragem para propor tal tarefa, mas ainda bem ter sido por ele tomada a iniciativa”.

De imediato, constituída uma pequena equipe formada por jovens elementos (ainda nenhum deles titular do grau de Doutor que, sob minha orientação preparavam), colaboravam no «Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais». Todos nós, movidos pelo grande entusiasmo de poder colaborar numa ação inovadora e depois de distribuídas tarefas por cada um dos membros, a organização dos capítulos que constituíam o índice de matérias a abordar, por mim previamente estabelecido, constituiu um programa que, desempenhado em conjunto, ainda mais uniu os que nele participaram.

Como no decorrer de toda a minha vida pessoal e profissional tenho conseguido observar o fenómeno migratório sob muitas perspetivas e olhares diferentes, sempre tento procurado encontrar uma relação entre o conhecimento teórico e a aplicabilidade direta. Partindo do princípio que a ciência tem necessariamente que ser útil, ajudando a ultrapassar problemas imediatos e solucionar de forma adequada situações de mais longo alcance, tem sido essa a linha orientadora que marca o meu percurso de trabalho.

¹² ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz. *Sociologia das Migrações* (bloco multimédia – manual, 12 programas vídeo, 8 programas áudio). Lisboa: Universidade Aberta, 1995

Se assim não for e toda a pesquisa vier a se desenvolvida num gabinete, sem que haja qualquer repercussão aplicável, justo será que se coloque uma interrogação sobre a sua verdadeira utilidade. O ensino da Sociologia das Migrações, poderia não só proporcionar um conhecimento e sensibilização para o fenómeno abordado, como conferir uma verdadeira formação aos agentes que trabalham com os migrantes.

A dimensão da diáspora portuguesa (referindo todos os que se encontram fora do país) como o fluxo crescente de entrada daqueles que em Portugal procuram trabalho e residência, justifica plenamente a sua inclusão em qualquer nível de ensino.

LR: Foi também publicada uma compilação de trabalhos seus sobre migrações e interculturalidades.

Tal constituiu um inesperado, mas muito gratificante presente - o único que até aqui me deu a Universidade. Trata-se de uma antologia¹³, cujo título nem sequer por mim foi escolhido, que possibilitou reunir num mesmo volume, parte dos textos que escrevi em torno da mobilidade social. O fenómeno da deslocação humana precede o reconhecimento das diversidades sociais e, a partir dele, a filosofia intercultural possibilitará a aceitação recíproca das diferenças culturais.

No início desta nova era, em que se passou a reconhecer que as sociedades são integradas por indivíduos, grupos ou coletividades oriundos de proveniências distintas, cujas vivências naturalmente se distinguem, os conceitos utilizados no discurso e na prática nem sempre traduziram corretamente designações e sentidos.

O “multi” constata pluralidade e o “inter” define a interação. Uma sociedade multidimensional, nos aspetos social e cultural, que pode ser descrita e analisada, não se deve confundir com uma política de interculturalidade, conducente à aceitação recíproca, permissiva do diálogo. O conceito e a prática da interculturalidade, já existente em muitos países, nomeadamente no Canadá, só muito tardiamente surgiu em Portugal.

¹³ ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz. *Das Migrações às Interculturalidades*. Porto: Edições Afrontamento, 2014

Enquanto representante portuguesa, tive a possibilidade de participar nas reuniões de muitas instituições internacionais, nomeadamente no Conselho da Europa/*Strasbourg*, em que o reconhecimento e interesse pela mobilidade humana, pela diversidade cultural e relacionamento entre os nacionais e os trabalhadores estrangeiros constituía objeto de análise permanente.

Nesse âmbito foi-me dado a conhecer a potencialidade da filosofia intercultural e dos vários aspetos relacionados com a sua implementação. Não foi inventado por mim, simplesmente fui das primeiras pessoas a utilizá-lo, daí decorreu a fundação do Mestrado das Relações Interculturais e o Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais/CEMRI – os primeiros fundados em Portugal.

Acrescento que posteriormente, também fui cofundadora de um Mestrado em Estudos sobre as Mulheres - o primeiro a ser lecionado no nosso país.

LR: O seu livro Portugal-Brasil. Migrações e Migrantes 1850-1930¹⁴, publicado em 2000, é um livro muito lido no Brasil. Poderia falar sobre ele?

MBRT: O que me caracteriza tem sido a preocupação de fazer conhecer o fenómeno migratório, de uma forma simples e atrativa, na perspetiva que o valoriza. Utilizar imagens que complementam o texto escrito ou o discurso oral constitui um grande apoio veicular a transmissão do conhecimento.

Este álbum resulta de uma longa e sistemática pesquisa sobre uma diversidade de publicações (livros, revistas, jornais) que utilizando a fotografia me deram a possibilidade de realizar uma adequada seleção. O livro referido está completamente esgotado e até me foi sugerida uma segunda edição. Caberá a um qualquer editor vir a realizá-la.

LR: Professora Maria Beatriz, analisar o seu itinerário profissional conduz obrigatoriamente a pedir-lhe que refira o seu interesse pela museologia.

MBRT: Falar de museologia importa lançar um olhar retrospectivo que remete à frequência do curso de Ciências Antropológicas e Etnológicas (ISCSP) que

¹⁴ ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz, *Portugal-Brasil. Migrações e Migrantes 1850-1930*, Lisboa, Edições Inapa, 2000.

tive o imenso prazer de seguir a disciplina que a contemplava. Desde aí comecei a interessar-me pelo conhecimento e, se possível, pela visita dos museus relacionados com o fenómeno migratório em todo o mundo.

Atualmente, interpreto as instituições museológicas mais como instrumentos pedagógicos do que como instrumentos contemplativos. Sobretudo, a partir de uma exposição bem organizada a que se segue uma visita guiada, que tenha em vista o público a que se destina, poderão ser transmitidos conhecimentos alargados ou circunscritos.

A importância e interesse que sempre conferi aos museus fez-me propor à Universidade Aberta a criação da disciplina de Iniciação à Museologia, cuja leção seria conferida a um grande especialista. O Dr. Ernesto Veiga de Oliveira, então diretor do Museu de Etnologia, aceitou constituir uma equipe. A sua morte súbita infelizmente impediu que este programa tivesse sido realizado.

Benjamim Pereira, um outro investigador da mesma instituição, a quem foi então solicitada a mesma tarefa, não tendo sido capaz de superar emocionalmente esta perda, não a aceitou. Perguntei-lhe: “então quem vai assumir este projeto?” Referiu-me convictamente que deveria ser eu a assumi-lo.

Dando continuidade ao trabalho inicial já desenvolvido, fui recuperar as pessoas da equipe constituída, tendo assim sido publicado um manual¹⁵ e 12 vídeos. Este conjunto pedagógico, a quem foi atribuído o Prémio Nacional da Associação dos Museus, na cerimónia pública que teve lugar no casino da Figueira da Foz, foi extremamente comovente. Após o evento exprimi um comentário: “O Dr. Ernesto está perto de nós e eu tenho o gosto de lhe ter dado este presente – a publicação do que por ele fora programado”.

A propósito de museologia, publiquei até hoje cerca de dezasseis artigos sobre museus de migrações e, muito facilmente, poderia se tivesse oportunidade e quisesse, descrever todas as tentativas feitas em Portugal, para a criação de um só museu ou de uma rede de museus ligados ao fenómeno migratório. O processo continua...

¹⁵ ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz [et. al.]. *Iniciação à Museologia*. Lisboa: Universidade Aberta, 1993.

Existem dois espaços – um em Fafe (Minho/interior) e outro em Melgaço (Minho/norte) – respetivamente «Museu das Migrações e das Comunidades» e «Espaço Memória e Fronteira», que constituem as primeiras iniciativas de museus ligados ao fenómeno migratório. Albertino Gonçalves, professor da Universidade do Minho, a quem se deve a concepção e montagem do último referido, entende ser necessária uma nova apresentação do tema e para tal tem o apoio do presidente da Câmara.

LR: Quais são as suas relações com o CEMRI, atualmente?

MBRT: Trata-se de uma inserção puramente institucional, talvez pela ligação que a ele mantenho enquanto sua fundadora e por poder auferir de uma total liberdade de ação profissional, conferida pela posição de investigador sénior que ocupo. Os princípios que orientaram a sua criação e muitos dos propósitos que visava atingir, bem como toda a interação estabelecida no meio académico nacional e internacional foram-se diluindo, alteraram-se e, com toda a franqueza, nem sempre agora me revejo na sua orientação atual.

LR: Acabou de publicar o livro sobre os provérbios, expressões idiomáticas e frases consagradas aplicáveis à mobilidade humana¹⁶. Tem em mente planos para novas publicações?

MBRT: Tinha e mantenho o projeto de publicar um livro acessível, destinado aos professores do Ensino Básico e Secundário. E isto, para responder a uma situação relativamente recente ocorrida na Assembleia da República Portuguesa onde, por unanimidade, se votou uma proposta a esse propósito (2017).

O deputado socialista Paulo Pisco reconheceu ser indispensável não só introduzir o ensino das migrações no ensino oficial português, como criar um espaço museológico especializado, com fins essencialmente pedagógicos.

Tendo eu feito ao longo dos anos a formação de professores na área das migrações, apercebi-me da inexistência de um instrumento de trabalho capaz

¹⁶ ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz. *Em Torno da Mobilidade – provérbios, expressões idiomáticas e frases consagradas*. Viseu: Editora Alma Letra, 2023.

de apoiar, de forma eficaz, a lecionação destas matérias - razões que amplamente justificam a motivação que mantenho.

Um livro essencialmente organizado para, de uma maneira simples e atrativa, poder apoiar (enquanto instrumento pedagógico) professores e agentes culturais a despertar por parte dos estudantes e dos formandos o interesse pelo conhecimento do fenómeno migratório português.

LR: Mas esse é um trabalho vultuoso.

MBRT: Diria antes, tratar-se de um trabalho realizado continuamente desde os anos 60 do século passado. Como pode imaginar, disponho de muito material utilizável. Num futuro próximo, tratar-se-ia apenas de organizá-lo. Por um lado, não só conheço profundamente o país, como também a realidade migratória de origem portuguesa residente fora das fronteiras, o que me confere uma visão alargada e atual.

Creio que se for deitado um olhar sobre todas as publicações de minha autoria, sobre as participações em congressos e reuniões científicas que tiveram lugar em Portugal e relacionadas com instituições científicas estrangeiras, poder-se-á dizer que o interesse em atuar neste campo se manteve durante toda a minha vida e continua ainda bem vivo.

LR: Professora, quero agradecer-lhe muito toda a disponibilidade que teve para esta entrevista.

MBRT: Fico reconhecida pela conversa que estabelecemos.

Permito-me lembrar o que sempre digo quando se trata de falar sobre o fenómeno migratório: na vida tive duas grandes paixões – acima de tudo o meu marido, que continua aqui bem ao meu lado e o estudo e reflexão sobre tudo o que respeita ao fenómeno migratório.